



Vidas Negras Importam

02/06/2020

Ao respeitar a essência do conceito de “universalismo da Shoá”, o Museu do Holocausto de Curitiba busca desenvolver narrativas ligadas ao genocídio que possam dialogar com nossas mazelas contemporâneas. Uma delas é o **RACISMO**: estrutural, institucional e inerente à resistência e ao direito à memória. Dentro dele, destacamos várias facetas, como a de “desprezo social” a e de “desumanização”.

A primeira, a noção de invisibilidade social, inclui mecanismos de indiferença ou de preconceito que geram seres socialmente invisíveis. A persistência desse “desprezo social”, destacado pelo filósofo alemão Axel Honneth, embora complexa e profunda, não pode ser encarada como “normal”. Esta é uma eterna e perversa faceta da nossa convivência.

A segunda está relacionada à desumanização. Para os nazistas e seus colaboradores, judeus e outros grupos perseguidos eram uma massa amorfa. Não havia indivíduos, muito menos individualidades. Antes mesmo de se decidirem pela Solução Final, o extermínio a nível coletivo, os indivíduos, vistos como somente um elemento dessa massa, já eram descartáveis. A morte, no caso, era apenas mais um fato corriqueiro, um desprendimento de uma pequena parte desta massa - e não um indivíduo cruelmente assassinado.

Resgatar e contar histórias de vítimas da Shoá fazem parte do propósito maior de atuar como um agente transformador da sociedade a partir dos direitos humanos. No caso, combatendo o “desprezo social” e a “desumanização”. É por isso que contamos as histórias de **VIDA** dessas pessoas, demonstrando que, por mais que os perpetradores quisessem, elas não foram desumanizadas. Fazemos questão de destacar que elas têm nome e rosto, não são parte de uma massa amorfa - e, portanto, nem elas, nem ninguém, é descartável.

Infelizmente, não é difícil transformar, aos olhos de opressores, pessoas em partes desprezáveis e descartáveis de uma massa amorfa. Lamentavelmente,



sabemos que é assim que pessoas negras são vistas por grande parte do aparato policial em diversos lugares do mundo. Encarados não como pessoas, mas como corpos negros, parte de uma enorme massa à disposição para ser usada, desprezada e descartada.

A violência policial é um exemplo da presença estatal em que agentes da lei, amparados e investidos de poder e salvaguardas legais para garantir o estado de direito, operam espalhando o medo e o genocídio de base racial. A criminalização de um segmento populacional mostra a dimensão dos processos de “sujeição criminal”. Na retórica da segurança pública, qualificar como “bandido” significa tornar sua vida descartável e a morte aparece como uma medida válida. O problema acontece quando as formas de soberania têm como projeto central não a luta pela autonomia, mas a destruição material de corpos negros.

Por tudo isso, é primordial que o Museu do Holocausto de Curitiba diga que **vidas negras importam**, que *black lives matter*.

Utilizamos, sim, a concepção que a filósofa Djamila Ribeiro apresenta de “lugar de fala”. Sabemos e nos baseamos no princípio de que “é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar”. Entretanto, para um museu que se propõe a falar de **vida**, mesmo quando a temática é um genocídio ocorrido há mais de 70 anos, é preciso, diante de tanta absurdidade, somarmos nossa voz. A partir da experiência trágica da Shoá, é fundamental dizermos, hoje, que vidas negras importam, que não são somente corpos de uma massa amorfa – e sim João Pedro, George Floyd e tantos outros, com nomes, rostos, personalidades, histórias e sonhos. Com vidas que nos importam.
